

ENTREVISTA

DIREITOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS NA FORMAÇÃO DO LEITOR CULTURAL

Aleilton Santana da Fonseca

Por: Nadja Silva Brasil Santos

Aleilton Fonseca (1959) é escritor e professor aposentado de Literatura pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atua como autor de ficção, poesia e ensaios. Graduado em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), possui mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Ao longo de sua trajetória, publicou cerca de 40 obras, entre elas: *O Desterro dos Mortos*, *O Canto de Alvorada*, *A Mulher dos Sonhos*, *Nhô Guimarães*, *O Pêndulo de Euclides*, *As Marcas da Cidade* e *Um Rio nos Olhos*. Suas publicações mais recentes incluem: *A Terra em Pandemia* (poesia), *Sonhos de Viver* (contos) e *O Sorriso da Estrela* (conto ilustrado). Suas obras foram traduzidas e publicadas em países como França, Itália, Canadá, Estados Unidos, Portugal e Bélgica. É membro da Academia de Letras da Bahia, da Academia de Letras de Itabuna e da Academia de Letras de Ilhéus. No âmbito acadêmico, desenvolveu pesquisas sobre imagens urbanas na literatura brasileira, com ênfase nos temas de poesia, cidade, ficção, experiência urbana e ecologia, analisando autores modernos e contemporâneos. Além disso, investigou representações literárias de Canudos. Atualmente, dedica-se à pesquisa sobre o tema “Escritas da Agoridade”.

Nadja Brasil: Prezado Professor Aleilton Fonseca, é com grande satisfação que iniciamos esta entrevista, reiterando nosso profundo agradecimento por sua valiosa contribuição a esta edição de nossa revista acadêmica. Gostaríamos de destacar nossa admiração pela excelência de sua trajetória como escritor, professor e pesquisador, marcada por uma significativa atuação no campo da Literatura e suas interfaces. Nesta edição, em que exploramos a temática dos “Direitos Linguísticos e Literários na formação do leitor

cultural", temos o privilégio de contar com suas reflexões sobre o tema, dado o seu vasto conhecimento e experiência no âmbito literário e acadêmico. Sob essa perspectiva, pergunto: A leitura e a literatura são frequentemente vistas como pilares para o desenvolvimento de cidadãos críticos e culturalmente conscientes. De que forma o senhor(a) enxerga os direitos linguísticos e literários nesse processo de formação do leitor cultural?

Aleilton Fonseca: Todos os cidadãos e todas as cidadãs são iguais perante a lei, portanto têm os mesmos direitos ao acesso às informações, instruções e ensinamentos que garantam o seu desenvolvimento intelectual, físico e psíquico com equilíbrio, consciência e pertencimento social, com total acesso à prática do seu idioma, na modalidade falada e na expressão escrita, incluindo o acesso à literatura e às artes em geral. Os direitos linguísticos abrangem o aprendizado e o uso da língua nativa, em seus diferentes registros, com respeito aos diversos tipos de manifestação da fala, com seus diferentes seus acentos, e da escrita e seus níveis, desde o mais coloquial, sem hierarquias nem preconceitos, em que o sistema linguístico como todo seja aceito em sua imensa potencialidade e abrangência de nuances e variedades. Os direitos literários dizem respeito ao acesso às diversas escritas simbólicas e de representação, nos vastos campos do verso, da prosa e do drama e suas inúmeras diversificações. A língua, o conhecimento empírico, a literatura, as ciências, as artes e as técnicas - tudo isso é um tesouro secular que vem sendo continuamente construído por milhões de mentes e corações, exprimindo as experiências e as representações da vida, como sentimentos e saberes humanos, como manifestações dos imaginários das diferentes coletividades. Língua e literatura são direitos inalienáveis que nos definem como seres pensantes, criativos, comunicantes, enfim, como entes humanos.

Nadja Brasil: Em um país marcado pela diversidade cultural e linguística, a promoção dos direitos linguísticos e literários emerge como uma questão central para a construção de uma educação inclusiva e democrática. Nessa ótica, quais seriam as principais políticas e práticas voltadas aos direitos linguísticos e literários que poderiam fomentar uma formação leitora mais inclusiva e enriquecedora?

Aleilton Fonseca: As culturas são constituídas, na sua diversidade, pelas práticas cotidianas dos diversos grupos sociais, na sua marcha histórica que vem do passado, abrange o presente e prepara o futuro da coletividade. A primeira base de uma formação para a cidadania crítica e participante é a educação, em sentido amplo. Essa educação deve abranger as bases do conhecimento, incluindo a consciência positiva de pertencimento étnico-cultural, com sua linguagem, seu imaginário, suas raízes históricas, sua tradição oral e escrita, enfim, sua literatura e suas artes. Por esse prisma, todos têm o direito de falar sua língua, exprimir seu imaginário, e praticar, na leitura e na criação, a sua literatura. Ao mesmo tempo, educar para a convivência democrática e pacífica com as alteridades étnicas e culturais, respeitando as práticas e o imaginário dos outros grupos sociais e suas peculiaridades. Ainda hoje a educação reflete, de modo geral, o modelo herdado do processo de colonização e catequese, em que a cultura oficial ensinada e valorizada tem raízes históricas na tradição europeia. O nosso povo, em geral, tem formação étnica híbrida, resultante dos diversos povos originários, povos africanos e europeus pobres, sobretudo cristãos novos de ascendência luso-árabe, que foram trazidos para o Brasil como braços dos colonizadores, para manejo, vigilância e controle da população colonizada. Uma educação plena deve ser libertadora, capaz de reconhecer incorporar os três pilares básicos das culturas formadoras do nosso povo, franqueando e fomentando a leitura de seus textos, na sua diversidade, com a liberdade de identificação e escolha de textos nos quais estão representados a visão de mundo, o imaginário, a interpretação da vida e da existência de sua coletividade.

Nadja Brasil: Considerando que a leitura é uma ferramenta essencial para o fortalecimento da identidade e da consciência cultural, quais desafios o senhor(a) identifica na implementação dos direitos linguísticos e literários nas práticas de ensino, especialmente em contextos escolares com forte diversidade cultural?

Aleilton Fonseca: A leitura é uma ferramenta de libertação e expansão, se não for utilizada como instrumento de catequese e alienação cultural. Para ser uma ferramenta de fortalecimento da identidade e da consciência cultural, os textos lidos devem refletir e valorizar as matrizes étnico-culturais dos

grupos a que atendem e procuram educar. Menosprezar e negatizar as práticas do imaginário de origem africana numa sala de alunos negros é um ato colonizador, racista e etnocêntrico. Menosprezar e negatizar os paradigmas culturais dos povos originários perante seus descendentes é um ato colonizador, racista e etnocêntrico. Isso não é educar, mas sim alienar, catequizar, dominar. O desafio é compreender a história das culturas em contato e adquirir consciência crítica, para desconstruir os métodos e conteúdos tradicionais, de origem colonizadora, e constituir métodos e conteúdos que respeitem, promovam e transmitam as diversas matrizes culturais, numa perspectiva decolonizadora, sem hierarquizações, preconceitos ou restrições. Educar não é aculturar, mas oportunizar situações para a aquisição de conhecimento, no sentido antropológico, com consciência do seu pertencimento social, sua trajetória coletiva na história e suas potencialidades para a construção do futuro.

Nadja Brasil: A literatura, em suas diversas expressões culturais, é capaz de construir pontes entre diferentes realidades. Como o acesso a produções literárias regionais e de minorias – como literatura indígena, afro-brasileira, entre outras – pode contribuir para a formação de leitores culturalmente sensíveis e críticos?

Aleilton Fonseca: A educação crítica parte da valorização do pertencimento étnico-cultural, com o reconhecimento de suas raízes identitárias coletivas. Assim, o cenário das vivências, com sua língua, seu imaginário, suas tradições, surge como o *locus* onde se constituem as matrizes nas quais a pessoa se reconhece e constitui sua autoestima e seu lugar no mundo, identificando-se com seus iguais e semelhantes. O acesso à literatura local insere o universo cotidiano no campo da escrita e da leitura, valorizando a língua, o imaginário, as paisagens, os costumes e, sobretudo, os modos de convivência social. Isso gera identificação, conhecimento, consciência de pertencimento, valorização afetiva da comunidade. Esses conteúdos de vida, de criação, imaginação e representações que surgem nos textos locais constituem uma “literatura de nós mesmos”, “uma representação escrita de nós mesmos”, nas quais as pessoas se reconhecem e se valorizam como sujeitos e personagens de sua cultura e leitores de seu universo de vida, experiências e saberes. Essas literaturas não podem continuar ausentes do processo educacional, eles são fundamentais como instrumentos de formação, no sentido próprio do termo.

Nadja Brasil: A preservação e valorização das línguas e culturas locais são, sem dúvida, fundamentais para uma formação leitora completa e consciente. Qual o papel dos direitos linguísticos e literários na criação de políticas educacionais que assegurem o contato dos leitores com essa diversidade?

Aleilton Fonseca: Os direitos linguísticos e literários constituem princípios norteadores, a partir dos quais é preciso formular políticas educacionais que assegurem o contato dos leitores com a diversidade na qual estão imersos na convivência coletiva cotidiana. A quebra dos paradigmas tradicionais, a relativização dos cânones, a inclusão ativa dos discursos da diversidade, com as diferentes perspectivas culturais e os diversos imaginários são fatores que precisam ser considerados na criação de políticas educacionais, para garantir o contato dos leitores com essa diversidade, através de textos que tematizem essas questões, representem esses universos, instiguem a reflexão e, sobretudo, assegurem um aprendizado formador de cidadãos capazes de compreender a complexidade do mundo atual, conviver democraticamente, ter tolerância e respeito para com a diversidade e suas diferenças, com senso de justiça e solidariedade. Para se alcançar esses objetivos, promover as leituras e a discussão dos textos contemporâneos são procedimentos indispensáveis e fundamentais.

Nadja Brasil: Com o avanço das tecnologias digitais, a leitura se expande para novos formatos e plataformas. Como o senhor(a) avalia o papel das mídias digitais na promoção dos direitos linguísticos e literários? Que cuidados ou regulamentações poderiam assegurar que essa transformação preserve a formação do leitor cultural?

Aleilton Fonseca: As mídias digitais são instrumentos que, se utilizados de maneira adequada e criativa, oferecem um potencial enorme de possibilidades para a promoção dos direitos linguísticos e literários. As mídias são livros abertos e em movimento, com acesso mais ágil e mais democrático a um número infinito de leitores. É preciso educar e orientar para o uso benéfico das mídias, como lugar de trânsito de informações, fontes de pesquisa, meio de divulgação, interação e diálogo. Assim, as mídias podem ser um instrumento multiplicador da promoção e da garantia dos direitos linguísticos e literários, por veicular textos, autores e obras de diferentes períodos, gêneros e lingua-

gens, dando pistas para pesquisas mais aprofundadas em acervos, arquivos e bibliotecas em vários lugares do país e do mundo. No entanto, como as mídias podem ser uma espécie de “terra de ninguém”, e escapam do controle efetivo da qualidade do que é veiculado, é preciso ter cuidado com o seu uso como instrumento de formação do leitor cultural. É preciso educar e conscientizar os usuários para que tenham consciência crítica de seu uso e de suas ciladas e limitações. É preciso sempre promover o uso qualitativo das mídias, indicando e orientando o acesso aos acervos corretos, produtivos e autênticos. Lidar com as mídias no processo educacional, com proveito e relevância, não é fácil, mas sim um grande desafio aos educadores.

Nadja Brasil: Professor Aleilton Fonseca, foi um privilégio contar com sua participação nesta entrevista. Suas considerações, imersas em profunda reflexão sobre os direitos linguísticos e literários, enriquecem substancialmente o debate que estamos promovendo nesta edição. Agradecemos sinceramente por dedicar seu tempo e compartilhar conosco sua vasta experiência. Sua contribuição é de imenso valor para todos os leitores e para o avanço do pensamento acadêmico em nossa área. Muito obrigada!

Aleilton Fonseca: Agradeço a vocês pela confiança. Um abraço.



Escritor e Professor Dr. Aleilton Santana da Fonseca (entrevistado)